

O Brasil vai continuar viável?

O Brasil vai sendo paulatinamente tragado pelo pântano de sua lastimável cultura política. Nossos piores inimigos — como temos afirmado desde sempre — não estão no Golfo Pérsico, nem no sistema financeiro internacional, nem nos bancos estrangeiros, mas aqui mesmo, dentro de nossas fronteiras.

Absorvida por seus interesses políticos e pessoais, a classe política tupiniquim revela-se incapaz de propiciar saídas institucionais para a crise em que o País se afunda. Teoricamente definidos como "representantes do povo", deputados e senadores, na prática, agem como meros despachantes de interesses cartoriais e dos seus próprios. Não passa um dia sem que nos cheguem de Brasília notícias desalentadoras sobre coisas que o Congresso Nacional fez ou deixou de fazer e que só contribuirão para desarrumar ainda mais nossas já combalidas finanças públicas. Vejamos alguns exemplos desse comportamento, registrados na semana passada.

A Comissão Mista do Congresso Nacional, para atender a pleitos regionais dos parlamentares, passando por cima da Constituição que já os havia extinguido, recompôs no orçamento do próximo ano 43 fundos assistenciais e de apoio setorial e regional. Esses fundos haviam sido eliminados porque nunca cumpriram suas reais finalidades, mas serviram apenas para jogadas eleitoreiras e para a corrupção. Para completar, a mesma Comissão aprovou, no escuro, sem ao menos conhecer o seu texto completo, a previsão de receitas e despesas do governo para 1991, com alterações impostas pelos congressistas e que irão desorganizar totalmente as contas públicas.

Com esse mesmo espírito, obedecendo a ordens de governadores e prefeitos, o Senado aprovou uma resolução sobre o endividamento dos Estados e municípios que permitirá a todos eles aumentar ainda mais suas já insuportáveis dívidas, responsáveis este ano por um festival de gastança eleitoral que quase derruba o programa de estabilização econômica.

Em outra atitude condenável, os membros da Comissão de Justiça (???) da Câmara votaram

um parecer classificando o Instituto de Previdência dos Congressistas, até então uma instituição privada, como uma entidade autárquica, de direito público. Com isso tenta-se driblar a Lei de Dietritizes Orçamentárias, que proíbe repasse de verbas públicas para entidades de direito privado. Dessa forma, a aposentadoria dos parlamentares, garantida com apenas oito anos de mandato, continuará sendo paga, em sua maior parte, com o dinheiro dos impostos.

O último ato de irresponsabilidade dos parlamentares na semana passada foi a aprovação de uma lei de política salarial que, se fosse realmente aplicada, implodiria de vez o Plano Collor e mergulharia o País na hiperinflação. Nesse caso, revelou-se a falta de seriedade dos congressistas: a lei foi aprovada por voto de liderança, com o apoio dos representantes do governo; todos votaram a favor para agradar, supostamente, aos trabalhadores, sabendo que o presidente Collor vetará a lei. "Foi uma farsa" — definiu um parlamentar do PSDB. "Foi uma brincadeira de fim de mandato" — fulminou o sindicalista Gilmar Carneiro, da CUT.

Diante desse quadro desolador, o presidente Collor, para conseguir um mínimo de respaldo parlamentar, não viu outra alternativa a não ser negociar com essa gente "no varejo". A formalização do bloco governista no Senado, por exemplo, como ficou claro nas declarações dos próprios senadores, só foi possível graças à reabilitação da política do "é dando que se recebe". O petista José Genoíno, numa frase que mostra bem como os próprios parlamentares julgam seus companheiros, explicou o que se pode esperar dessa barganha: "O que essa gente vai exigir para apoiar o governo nem as paredes confessam".

Por culpa dessa "cultura política", o Brasil, que tem todas as condições econômicas naturais para chegar um dia ao Primeiro Mundo, corre sérios riscos de se tornar um país economicamente inviável, o que significaria, também, uma nação politicamente inviável. Não há democracia que resista a uma escassez tão lacinante de verdadeiros cidadãos.